

# O PENSAMENTO FILOSÓFICO E TEOLÓGICO DE SANTO TOMÁS DE AQUINO EM SEU IMPACTO EDUCACIONAL E PEDAGÓGICO

*Gustavo Araújo Batista<sup>1</sup>*

## **Resumo:**

Santo Tomás de Aquino (1224/5-1274) é o mais elevado pensador escolástico. Sua filosofia e sua teologia influenciaram pensadores tanto de orientação cristã como de orientação não-cristã. Refletindo sobre as convergências e as divergências entre a razão e a fé, ele considera que a filosofia e a teologia têm, portanto, semelhanças e diferenças, uma vez que tomam, respectivamente, tais objetos como matérias fundamentais de estudo. Orientando-se a partir de tais considerações, tece uma reflexão de caráter educacional e pedagógico que se consigna em sua obra intitulada Sobre o ensino ou De Magistro (Sobre o mestre).

**Palavras-chave:** Educação, Filosofia, Pedagogia, Santo Tomás de Aquino, Teologia.

## **Abstract:**

Saint Thomas Aquinate is the highest scholastic thinker. His philosophy and theology have influenced Christian as well as non-Christian oriented thinkers. Reflecting on convergences and divergences between reason and faith, he considers that philosophy and theology have, therefore, similarities and differences, since they have, respectively, reason and faith as fundamental matters of study. Orienting himself from such considerations, he weaves a reflection of educational and pedagogical character that is recorded in his work entitled “On the teaching” or “De Magistro” (On the master).

**Key words:** Education, Philosophy, Pedagogy, Saint Thomas Aquinate, Theology.

---

<sup>1</sup> Professor titular nas áreas de Letras e de Pedagogia da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais (FACIHUS) da Fundação Carmelitana Mário Palmério (FUCAMP) – Monte Carmelo/MG; professor titular nas áreas de Filosofia e de Teologia do Seminário Maior “Dom José André Coimbra” (SMDJAC) – Patos de Minas/MG; professor substituto de Língua Latina e de Filologia Românica no Instituto de Letras e Lingüística (ILEEL) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Mestre em Educação pela Faculdade de Educação (FACED) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Doutorando em Educação pela Faculdade de Educação (FACED) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

**Contato:** [mrguga@netvip.com.br](mailto:mrguga@netvip.com.br)

## 1. Introdução

Santo Tomás de Aquino representa o apogeu do pensamento escolástico. A sua capacidade concomitantemente analítica e sintética fez dele um autor que soubesse tanto passar em revista os autores que o antecederam quanto resumir o seu pensamento de modo a servir aos propósitos de sua própria abordagem. Dessa forma, reunindo em sua obra pensadores tanto de orientação cristã quanto de orientação não-cristã, o teólogo e filósofo napolitano deu à intelectualidade cristã ocidental um novo alento que, malgrado as invectivas sofridas pelo seu pensamento vindas do interior do próprio pensamento cristão, o tomismo foi, não muito posteriormente, apropriado como referência oficial para todo e qualquer indivíduo interessado em conhecer, em suma, a orientação do pensamento cristão católico com aprovação eclesiástica.

Embora o tomismo seja muito conhecido, principalmente nos ambientes eclesiásticos, como uma filosofia e, sobretudo, como uma teologia, ainda se tem abordado de forma muito escassa o ideário educacional e pedagógico oferecido por tal pensamento. Assim, este trabalho dispôs-se a discorrer sobre tal ideário de forma que se pudesse ter uma compreensão ainda maior da abrangência alcançada pela reflexão tomista, reflexão essa que, partindo de considerações acerca de problemas filosóficos e teológicos de uma ordem mais geral, desemboca em considerações educacionais e pedagógicas de uma ordem mais particular, possibilitando, pois, tanto um arcabouço teórico quanto uma diretriz prática para se ter uma educação e uma pedagogia apoiadas e orientadas tanto na tradição filosófica greco-latina quanto na tradição teológica judaico-cristã.

Pelo fato de Santo Tomás de Aquino pertencer ao período medieval, especificamente à sua última fase, conhecida como Baixa Idade Média, considera-se necessário fazer uma explanação acerca de tal período, pois o pensamento tomista, como todo e qualquer pensamento, é reflexo do período no qual foi engendrado. Desse modo, será feita uma abordagem que contemple aspectos políticos, econômicos, sociais e intelectuais próprios do período medieval, aspectos tais que, implícita ou explicitamente, interferiram na reflexão tomista, razão pela qual ignorá-los significa ignorar o pensamento tomista no tocante às circunstâncias que o geraram. Feita tal abordagem, seguir-se-á uma explanação sumária acerca do pensamento tomista, ressaltando-se os seus aspectos considerados mais relevantes. Por último, apresentar-se-

ão as considerações de ordem educacional e pedagógica legadas pelo Aquinate como decorrência de sua filosofia e de sua teologia.

## **2. Contextualização histórica de Santo Tomás de Aquino: a baixa Idade Média (1066-1453)**

O contexto no qual Santo Tomás de Aquino se encaixa pertence a um contexto ainda maior, historicamente denominado Baixa Idade Média, que vai do século XI (1066<sup>2</sup>) ao século XV (1453<sup>3</sup>); é o último período medieval, cujo perfil pode ser considerado como a aurora da Modernidade ou Idade Moderna, que, por sua vez, vai do século XV (1453) ao século XVIII (1789<sup>4</sup>). Tais datas foram escolhidas por grande parte dos historiadores para delimitar os inícios e os fins desses períodos pelo fato de que foram nelas que se deram acontecimentos muito importantes do ponto de vista histórico.

Faz-se necessário frisar ainda que, embora se possa considerar a Idade Média, **grosso modo**, como um período que vai do século V (476 d.C.<sup>5</sup>) ao século XV (1453), verifica-se que a subdivisão da mesma em Alta Idade Média e Baixa Idade Média é proveitosa no sentido de que vem a esclarecer que essas duas subdivisões representam períodos com características próprias, razão pela qual seria impróprio pensar o período medieval como uma época extremamente homogênea. Assim, seria de bom alvitre fazer uma abordagem sumária tanto da Alta quanto da Baixa Idade Média a fim que fiquem patentes tanto as suas semelhanças, que as fazem pertencer a um mesmo período maior, quanto as suas diferenças, que as fazem não serem pensadas como períodos rigorosamente idênticos. Além disso, embora o enfoque deste texto esteja mais direcionado à Baixa Idade Média, é preciso reportar-se à Alta Idade Média pelo fato de que sem esta é impossível ter uma compreensão mais completa daquela.

Em se tratando, pois, de fazer uma abordagem sobre a Alta Idade Média, tem-se que, após a queda do Império Romano Ocidental, a Europa começou a sofrer um período de intensas modificações em sua civilização. Somando-se a cultura romana, até então dominante em praticamente quase toda a Europa, com a cultura trazida pelos

---

<sup>2</sup> Ano da invasão da Inglaterra por Guilherme da Normandia.

<sup>3</sup> Ano em que findou a Guerra dos Cem Anos, iniciada em 1337 e travada entre a França e a Inglaterra. O ano de 1453 é também o ano da conquista de Constantinopla (capital do Império Romano do Oriente ou Império Bizantino) pelos turcos otomanos.

<sup>4</sup> Ano da Revolução Francesa.

<sup>5</sup> Ano da queda de Roma, capital do Império Romano do Ocidente.

povos bárbaros<sup>6</sup>, outrora vivendo às margens das províncias do Império Romano e passando posteriormente a invadir e a conquistar as mesmas, foi-se engendrando um novo processo de miscigenação cultural, uma vez que a expansão romana já havia promovido isso, o que resultou novamente na produção de uma civilização européia que combinava elementos tanto de origem romana quanto de origem bárbara, mas com a diferença de que, desta vez, havia uma influência maior do elemento bárbaro na formação da civilização européia, influência essa que, por maior que tenha sido, mesmo assim não conseguiu ofuscar por completo a influência do elemento romano, haja visto que a maior instituição medieval – a Igreja Católica Apostólica Romana – é, como o próprio nome indica, de origem romana, já que surgiu como tal a partir do momento em que o Cristianismo se tornara a religião oficial de todo o Império Romano.

Os povos bárbaros, ao dividirem entre si o Império Romano Ocidental, promoveram uma intensa fragmentação na Europa, fragmentação essa contida fortemente pelo papel exercido pela Igreja Católica, não somente em nível religioso, mas também em nível político, econômico, social, cultural e intelectual. Isso se explica pelo fato de que os povos bárbaros, embora militarmente mais fortes o suficiente para sobrepujarem as províncias romanas que ambicionavam, não estavam tão preocupados em se afirmarem a não ser pela força das armas; isso fez com que se tornassem presas fáceis da supremacia cultural romana, cujo braço armado era a Igreja Católica. Assim, os vários reinos bárbaros que se formaram após o esfacelamento do Império Romano Ocidental, embora autônomos entre si, acabaram, pois, submissos à dominação da Igreja Romana, cuja organização mostrou-se eficiente o bastante para fazer dela a instituição que subsumia todo e qualquer poder na Idade Média Européia.

Além da fragmentação política provocada pela queda do Império Romano, a Europa também iniciou um processo de fragmentação econômica, uma vez que, desfeito o Império Romano Ocidental, o sistema de produção baseado na mão-de-obra escrava já não se fazia mais praticável, o que levou à necessidade de uma reestruturação econômica. Tal reestruturação foi feita através da montagem do sistema feudal. O sistema feudal começou a partir do momento em que vários proprietários romanos de grandes extensões rurais (posteriormente denominadas feudos), devido aos riscos e

---

<sup>6</sup> Bárbaro, palavra de origem grega que significa **estrangeiro**; primeiramente foi utilizada pelos gregos para denominar todo e qualquer povo que não tinha a sua cultura, considerada por eles mesmos como superior; posteriormente, esse vocábulo passou a ser utilizado pelos romanos com a mesma função, acrescentando-se ao mesmo a noção daquele que não vivia sob a **lex** (lei) **romana**. Percebe-se, pois, que é um termo intensamente ligado ao etnocentrismo (visão da própria cultura como a melhor e a superior em relação às demais).

perigos de invasões promovidas pelos povos bárbaros, bem como de guerras civis, nas várias cidades e aldeias das províncias romanas, tomaram a iniciativa de se recolherem às suas propriedades, construindo fortificações (castelos) nos quais se abrigar, tanto em tempos de guerra quanto em tempos de paz, contratando mercenários (soldados) para os protegerem e arrendando lotes de terra para trabalhadores livres (servos) que, geralmente, não dispunham de outra forma de sobreviver a não ser oferecendo trabalho nas terras do proprietário em troca de um pouco de comida e de proteção. Era o início de uma nova forma de organização econômica que perduraria por um longo tempo e que só começaria a perder força na Baixa Idade Média.

A Alta Idade Média pode ser considerada como o período em que não só ocorreu a transição do sistema escravista para o sistema feudal, mas também é a época em que o feudalismo se mostrou com toda a sua força. Começando como uma alternativa de organização econômica, o feudalismo evoluiu para uma nova forma de organização política e social, estando, pois, à frente do caminho pelo qual trilhava a civilização européia. Desse modo, o sistema feudal estava organizado, em termos políticos, em torno dos seguintes elementos: o feudo, o suserano, o vassalo e o contrato feudal. O feudo era o território doado; o suserano, aquele que fazia a doação (podia ser tanto um rei quanto um senhor feudal que resolvia desmembrar seus territórios); o vassalo, aquele que recebia o feudo (o que fazia dele um senhor feudal); o contrato feudal, o documento que tratava da doação do feudo, assim como dos direitos e dos deveres tanto do suserano quanto do vassalo. A doação do feudo era feita em uma sessão solene, na qual o suserano fazia a investidura do vassalo no feudo e este, por seu turno, prestava homenagem àquele. O vassalo prestava o juramento de fidelidade ao suserano e este lhe entregava um símbolo do feudo, o que oficializava a doação.

Uma vez recebendo o feudo, o vassalo tinha uma série de obrigações para com o seu suserano, dentre as quais se destacam: prestação de serviços militares, participação em tribunais e doação de contribuições financeiras (em tempos de guerras ou de epidemias, por exemplo). O suserano, ao doar o feudo, obrigava-se a prestar proteção militar e a garantir certos direitos ao vassalo, dentre os quais se citam: a livre administração do feudo, a cobrança de tributos, a cunhagem de moedas e o exercício da justiça local. Desse modo, verifica-se que o poder político assim organizado e distribuído era efetivamente exercido pelos senhores feudais, o que permite pensar que não havia centralização política por parte dos reis e dos imperadores que, embora tendo seus reinos e seus impérios e neles exercendo o poder por direito de herança ou por

delegação papal, acabaram tornando-se apenas, em termos políticos, a origem de uma longa cadeia de vínculos de suserania e de vassalagem, ou seja, os reis e os imperadores reinavam e imperavam, mas não governavam, já que quem governava eram os senhores feudais; o poder político exercido pelos reis e pelos imperadores de fato se restringia apenas aos seus próprios domínios feudais.

Ao se fazer uma abordagem acerca da organização política feudal, faz-se necessário abordar o que era o feudalismo em termos econômicos, uma vez que é da organização econômica feudal que deriva a sua organização política. Assim, o que em primeiro plano cumpre registrar é que a economia feudal era fundamentalmente rural, agrária e com baixíssimas circulações monetárias e comerciais. O feudo, por ser a unidade auto-suficiente de produção, estava dividido do seguinte modo: a) *manso senhorial*: terras em que o senhor feudal tinha não só a propriedade, mas também a posse; b) *manso servil*: terras em que o senhor feudal tinha a propriedade, mas a posse era dos servos; c) *manso de reserva*: terras nas quais estavam os bosques, as pastagens e as pradarias, utilizadas tanto pelo senhor feudal quanto pelo servo; d) *burgo*<sup>7</sup>: castelo fortificado do senhor feudal, no qual se alojavam também o Exército (comandado pela Nobreza) e a Igreja (comandada pelo Alto Clero).

O modelo econômico feudal, como qualquer outro, era espoliador, uma vez que os servos tinham uma enorme e pesada carga tributária e, além disso, tinham uma série de serviços a serem prestados para os senhores. Dentre os principais tributos e serviços, tem-se: a) *corvéia*: trabalho gratuito no manso senhorial em alguns dias da semana; b) *talha*: percentagem da produção cabível ao senhor feudal; c) *banalidade*: tributo cobrado pela utilização de instrumentos ou benfeitorias do senhor, tais como o forno, o moinho, o celeiro, as pontes; d) *capitação*: imposto pago por cada membro da família servil; e) *tostão de Pedro*: imposto pago à Igreja, utilizado para a manutenção da capela local<sup>8</sup>; f) *mão-morta*: tributo cobrado na transferência do lote de um servo falecido a seus herdeiros. Assim, não havia estímulo para o aumento da produção por parte dos servos, pois, quanto mais produziam, mais tinham de contribuir. Isso desembocou num quadro de produção estática e num desenvolvimento técnico quase nulo. A técnica que merece destaque no período medieval é a agricultura rotativa, que consistia em dividir

---

<sup>7</sup> Termo também utilizado para designar as comunidades que, paulatinamente, foram desenvolvendo-se às margens do sistema feudal e nas quais igualmente se desenvolveu uma classe social ligada ao comércio, cujo nome deriva do referido termo (burguesia).

<sup>8</sup> Além do tostão de Pedro, cumpre lembrar que havia também o Dízimo, contribuição solicitada pela Igreja sobre dez por cento (10%) de toda a renda do indivíduo. Não somente os servos eram cobrados, mas também os nobres, donde deriva o enorme potencial econômico da Igreja Medieval.

os campos para o cultivo num plano bienal ou trienal, o que prolongava a fertilidade do solo.

Ao descrever o modelo econômico feudal, acredita-se que será mais fácil compreender os contornos da sociedade dele nascida, uma vez que, de acordo com a ótica marxista, a sociedade é produto da economia, ou seja, a organização social é decorrente do modo como são organizadas as relações de produção. Dessa forma, percebe-se que a sociedade feudal estava, a rigor, dividida em dois estamentos, rigorosamente hierarquizados, a saber: a nobreza e a plebe. A primeira era composta pelas famílias dos senhores feudais, suseranos ou vassalos, ao passo que a segunda era composta pelas famílias dos servos e dos vilões<sup>9</sup>. A mobilidade social era muito difícil, uma vez que a posição do indivíduo na sociedade feudal estava condicionada para sempre desde o seu nascimento. Assim, quem nascesse em uma família nobre morreria nobre, a menos que fizesse algo digno de ser relegado à plebe; do mesmo modo, quem nascesse no seio de uma família plebéia morreria plebeu, a não ser que fizesse algo digno de ser elevado à nobreza<sup>10</sup>.

A sociedade feudal (como toda e qualquer sociedade plasmada por um modelo econômico espoliador) era marcada profundamente pela desigualdade. As relações sociais entre nobres e plebeus eram baseadas na dominação dos primeiros em relação aos segundos e na conseqüente subordinação destes àqueles; tais tipos de relações podem ser denominadas como relações servis. Havia, ainda, entre os nobres, relações recíprocas, como as relações de suserania e de vassalagem, denominadas, portanto, como relações senhoriais ou vassálicas, relações essas que giravam em torno dos direitos e dos deveres tanto daquele que doava o feudo (suserano) quanto daquele que o recebia (vassalo). Entre os plebeus, havia também relações recíprocas, denominadas relações comunitárias, que giravam em torno das trocas de produtos agrícolas e de serviços artesanais e/ou comerciais.

No âmbito da sociedade feudal, não se deve ignorar a existência e a importância de uma instituição em torno da qual a vida feudal girava; trata-se da já mencionada Igreja Católica Apostólica Romana. Sendo responsável pela preservação da cultura da

---

<sup>9</sup> Os vilões eram servos que não tinham a posse de terras feudais. Geralmente viviam em aldeias, cidades ou vilas (donde provém a sua designação). Estavam, porém, presos ao sistema feudal, uma vez que dependiam, sobretudo, da proteção senhorial. Pode-se dizer que eram servos com maiores direitos e liberdades. Os vilões eram compostos por profissionais liberais em geral (artesãos, comerciantes, prostitutas, professores etc).

<sup>10</sup> Interessante observar ainda que, à medida que a burguesia ia adquirindo poder econômico já no final da Baixa Idade Média, ia adquirindo títulos de nobreza para ascender socialmente, o que revela a quebra da rigorosa imobilidade social própria da ordem feudal.

Antigüidade Clássica Greco-Latina, a Igreja Católica acabou monopolizando a mentalidade medieval europeia, uma vez que nas bibliotecas de seus mosteiros, abadias e catedrais havia originais e, sobretudo, compilações de obras de diversas naturezas (científicas, filosóficas, artísticas, literárias, jurídicas etc) produzidas desde a Antigüidade Clássica e que possibilitaram a essa instituição o domínio do pensamento na Europa Medieval. Assim, de uma instituição que, originalmente, era puramente religiosa, a Igreja Católica foi tornando-se uma instituição que controlava não somente a religião, mas também a política, a economia, a sociedade, a cultura, o pensamento e a ideologia europeia. Isso pode ser exemplificado. Em âmbito político, os senhores feudais e mesmo os reis ou imperadores não eram tão poderosos quanto Sua Santidade, o Santo Padre, o Papa, chefe da Igreja Católica. Em âmbito econômico, a Igreja Católica era a maior proprietária das terras cultiváveis da Europa Medieval. Em âmbito social, os clérigos detinham o controle da vida dos indivíduos, tanto nobres quanto plebeus. Em âmbito cultural, as artes giravam em torno da religiosidade que a Igreja Católica queria que fosse apresentada, razão pela qual a arte medieval é profundamente marcada pelo Cristianismo. Em âmbito intelectual, o pensamento científico e filosófico era regulado pelo pensamento defendido pela Igreja Católica, o que fazia com que a ciência e a filosofia ficassem atreladas ao pensamento cristão católico, cuja base eram as Sagradas Escrituras (Bíblia), a Tradição Católica e o Magistério Eclesiástico. Desse modo, se alguma teoria científica ou filosófica fosse contra algum aspecto apoiado pelo pensamento eclesiástico, isso já era razão suficiente para a condenação tanto da referida teoria quanto dos seus defensores ou simplesmente simpatizantes. Em âmbito intelectual, a Igreja Católica organizou uma série de doutrinas que julgava verdadeiras e, embasando tais doutrinas, estavam os dogmas, ou seja, as verdades incontestáveis. Quem quer que fosse contra dogmas e/ou doutrinas defendidas pela Igreja Católica não deixava de sofrer algum tipo de punição, haja visto que é no período medieval que a Igreja Católica organizará o Tribunal do Santo Ofício, também denominado Santa Inquisição ou, simplesmente, Inquisição, braço armado da Igreja Católica na defesa de sua doutrina ou de sua ideologia.

No que diz respeito ao conteúdo do pensamento defendido pela Igreja Católica no período medieval, tem-se que a sua categoria-chave é o Teocentrismo, ou seja, a concepção que tem Deus como o centro do universo. Desse modo, como Deus era o centro do cosmo, era necessário que o ser humano vivesse para Ele e, para que isso se desse, era preciso que o homem conhecesse a Sua Vontade Divina; ora, tal vontade já

havia sido revelada e a Igreja Católica era, segundo o que advogava, a depositária de tal revelação, razão pela qual se justificava o domínio exercido por ela sobre os vários setores da vida medieval, já que os seus dirigentes eram representantes da Divindade. Assim, pode-se dizer que “nesse momento, o pontífice [isto é, o Papa] foi visto (e viu a si próprio) como o governante supremo, cujo poder ofuscava o dos reis, exercendo essa autoridade por concessão divina.”<sup>11</sup> O Papa Inocêncio III (1198-1216), cujo pontificado representa o apogeu da Igreja Católica na Idade Média, deu a si mesmo o título de **Vicarius Filii Dei**, isto é, **O Vigário** (isto é, Substituto) **do Filho de Deus** (Jesus Cristo), título esse do qual seus sucessores têm feito uso até os dias atuais e que endossa o direito divino dos sumos pontífices ao exercício da autoridade, não somente eclesiástica, mas também para além dela, razão pela qual o poderio da Igreja Católica era algo inquestionável, já que questioná-lo seria questionar o próprio Cristo, o próprio Deus.

Visto que a autoridade da Igreja Católica era algo que não se podia questionar, sob pena de punições que poderiam ser extremamente severas, o pensamento produzido sob os seus auspícios não poderia ser outro a não ser aquele que não somente afirmava, mas também justificava e difundia a sua hegemonia. É por isso que os intelectuais católicos lançarão mão de todos e quaisquer meios para fazer com que o domínio da Igreja Romana se fortalecesse cada vez mais, seja em nível interno (ou seja, combatendo no seu próprio interior doutrinas que estavam em dissonância com a sua doutrina oficial), seja em nível externo (ou seja, justificando a autoridade católica não somente em matéria de religião, mas também em matéria de política, de economia, de sociedade, de cultura e de pensamento). Assim, como depositária da verdade revelada pelo próprio Deus, a Igreja Católica colocava-se na posição de única intérprete legítima dos textos das Sagradas Escrituras, textos esses que se tornaram muito mais que meros textos sagrados, pois eram utilizados para se tratar de assuntos que não pertenciam necessariamente à alçada da religião. Desse modo, perante tamanha autoridade dada aos textos bíblicos, quem quer que fosse que contrariasse os ensinamentos neles contidos e interpretados pela doutrina oficial católica era réu de juízo e de condenação.

Por serem os textos bíblicos fontes indubitáveis de acesso ao conhecimento da verdade, os pensadores medievais, malgrado as suas peculiaridades, estavam de acordo nesse aspecto. Todavia, divergiam no tocante ao fato de o pensamento filosófico greco-

---

<sup>11</sup> BATISTA NETO, Jônatas. **História da Baixa Idade Média (1066-1453)**. São Paulo: Ática, 1989.

latino ser ou não compatível com a revelação bíblica judaico-cristã. Isso fez com que eles se dividissem entre aqueles que não concebiam compatibilidade entre ambos e aqueles que viam harmonia entre eles. Assim, a Teologia<sup>12</sup> elaborada pelos pensadores medievais oscilava entre a condenação e a aprovação da Filosofia e da sua utilidade para o próprio pensamento teológico. Desse modo, tanto no primeiro momento do pensamento medieval (denominado **Patrística**<sup>13</sup>), quanto no segundo momento do mesmo (denominado **Escolástica**<sup>14</sup>), os intelectuais cristãos ora verão a Filosofia como uma séria ameaça à consolidação do pensamento cristão, ora como um instrumento extremamente profícuo à difusão do Cristianismo.

Diante do quadro traçado até então, não seria difícil entender que a educação medieval não poderia estar no domínio de outra instituição a não ser a Igreja Católica que, desde a queda do Império Romano Ocidental, foi substituindo gradativamente o papel outrora exercido pelo Estado Romano no tocante à educação. Assim, diante das necessidades educacionais que ora se faziam presentes, a Igreja Católica coordenou o tipo de educação que deveriam receber as diversas camadas sociais do período medieval. A nobreza, cuja função estava principalmente ligada à atividade militar, recebia uma educação mais voltada para o desenvolvimento físico e moral, uma vez que o guerreiro precisava ter um corpo muito bem enrijecido e disciplinado para suportar resignadamente as privações de uma guerra e, ao mesmo tempo, precisava ter uma mente rigorosamente sadia e atenta às virtudes de um espírito elevado, tais como honra, coragem e devoção ao seu suserano e, sobretudo, à Igreja Romana. O clero, por sua vez, já não recebia uma educação física tão esmerada quanto a dos nobres, uma vez que se restringia à ascese<sup>15</sup> e à formação intelectual de orientação religiosa, pois, sendo a sua função conduzir os homens a Deus, era necessário que vivessem muito mais em função do espírito do que do corpo; apenas uma parcela bem restrita do clero tinha acesso a

---

<sup>12</sup> Discurso racional acerca de Deus e do universo espiritual, bem como de suas relações com o universo material e humano. Do grego Θεος = Deus e λογία = discurso, estudo, ciência.

<sup>13</sup> Movimento intelectual filosófico e teológico iniciado no seio da cristandade e que perdurou hegemonicamente desde o fim da Antigüidade Tardia (século III) até a Alta Idade Média. Sua denominação é devida ao fato de ter sido empreendida pelos primeiros Padres da Igreja. Sua essência é o esforço no sentido de afirmar a dignidade, a superioridade e a veracidade do Cristianismo perante as doutrinas não-cristãs. O principal representante desse movimento é Santo Agostinho (354-430).

<sup>14</sup> Movimento intelectual filosófico e teológico iniciado no seio da cristandade e que perdurou hegemonicamente desde o fim da Alta Idade Média até o fim da Baixa Idade Média. Sua denominação é devida ao fato de ter sido engendrada no interior das primeiras Universidades (Escolas). Sua essência é o esforço no sentido de debater sobre a possibilidade ou impossibilidade de conciliação entre Fé (objeto de estudo da Teologia) e Razão (objeto de estudo da Filosofia). Santo Tomás de Aquino é o principal representante desse movimento.

<sup>15</sup> Isto é, ao exercício de sacrifício físico para se elevar a mente a Deus.

uma formação intelectual erudita. Os plebeus, por sua vez, tinham acesso praticamente a uma educação puramente religiosa, sobretudo através da pregação dos clérigos e, principalmente, durante as celebrações eclesíásticas das quais participavam. Ainda vale notar que, no âmbito familiar, as pessoas também recebiam uma educação que as levasse a assumir as tarefas próprias de sua condição, fator esse que contribuía em muito para o espírito de conformismo e de estabilidade social próprio do período medieval.

Até o presente momento, este texto tem-se dedicado à elaboração de um mosaico que viesse a possibilitar uma visão de conjunto da Idade Média, enfatizando-se, porém, o seu primeiro período (a Alta Idade Média), visto que o seu segundo momento (a Baixa Idade Média) só poderia ser bem compreendido à luz da prévia compreensão daquele. Desse modo, tendo-se considerado suficiente a exposição feita sobre a Alta Idade Média para atender aos objetivos propostos por este texto, passa-se, pois, a expor de forma mais específica sobre a Baixa Idade Média, na qual se darão os primeiros sinais da decadência e da conseqüente ruína que esperavam o mundo medieval. A Baixa Idade Média pode ser, pois, considerada como a aurora da Modernidade, uma vez que os parâmetros políticos, econômicos, sociais, culturais e intelectuais começam a perder a força que tinham durante a Alta Idade Média.

No plano econômico, o sistema feudal começa a mostrar seus primeiros sinais de decadência, uma vez que a sua base, o feudo, já não constituía mais a célula auto-suficiente de produção e de consumo, o que colocava em xeque essa retroalimentação outrora existente no âmbito feudal, ameaçada ainda mais pela queda da produção agrícola originada pelas rudimentares técnicas agrárias que possibilitavam a rapidez do desgaste do solo, provocando, assim, a fome, que levava muitos servos a abandonarem os feudos para se estabelecerem nas margens dos mesmos ou nas cidades, o que, por sua vez, fazia com que os senhores feudais aumentassem cada vez mais a sua exploração sobre os servos que ainda ficavam nos seus domínios.

No plano social, o êxodo rural fazia com que a população urbana crescesse desordenadamente, o que não era acompanhado por modificações infra-estruturais por parte das cidades feitas no sentido de acomodar adequadamente o contingente populacional vindo dos feudos, o que acarretava uma situação extremamente caótica nas cidades, que mal conseguiam satisfazer, por exemplo, as condições de saneamento básico tão necessárias a uma vida urbana mais higiênica e, portanto, mais saudável; isso tornava propícias as condições de proliferação de doenças e de epidemias como, por

exemplo, a famosa Peste Negra<sup>16</sup>, responsável pela dizimação de, aproximadamente, um terço da população européia, o que fez dela uma verdadeira pandemia<sup>17</sup>. Além disso, as guerras ocorridas na Baixa Idade Média – dentre as quais se destaca a Guerra dos Cem Anos – contribuíam largamente para o agravamento dos quadros de pobreza, de miséria, de fome e de peste.

No plano político, começam a acirrar-se os choques entre o poder nobiliárquico de origem secular e o poder eclesiástico de origem religiosa, isto é, inicia-se o questionamento com mais afinco sobre qual dos dois poderes teria preponderância, questionamento esse que se concretizava nas disputas pela hegemonia política entre papas e bispos de um lado, representando o poder da Igreja e, do outro lado, senhores feudais, reis e imperadores, representando o poder do Estado; tais disputas também giravam em torno da separação ou da junção dos poderes estatais ou eclesiásticos, isto é, se deveria ou não haver interferência mútua entre os negócios da Igreja e os do Estado.

No plano intelectual, começam a haver choques entre o pensamento oficial católico, que começa a adquirir novos contornos, e o pensamento daqueles que discordavam do mesmo nos mais diferentes níveis: filosófico, científico e religioso. Assim, como já não havia tanta necessidade de afirmar o Cristianismo diante do Paganismo<sup>18</sup>, a Patrística já não se fazia mais praticável, o que levou a Escolástica a entrar em cena. Longe, porém, de tirar o mérito do pensamento patrístico, o pensamento escolástico, em essência, é uma reafirmação do mesmo, pois tratou de defender o Cristianismo contra seus novos rivais, tanto internos quanto externos, isto é, no plano interno, serviu para combater as heresias<sup>19</sup> e, no plano externo, serviu para intimidar os ataques intelectuais de doutrinas de orientação não-cristã.

No plano cultural, verifica-se que o surgimento das primeiras universidades é um indício de que a cultura, até então monopolizada pela Igreja Católica, vai começando a sofrer um processo de laicização, isto é, vai paulatinamente deixando de ser algo cujo acesso era controlado maciçamente pelos membros do clero para ser algo

---

<sup>16</sup> Doença infecciosa, causada pelo bacilo *Pasteurella pestis* ou *Yersinia pestis*. Manifesta-se principalmente através de três tipos: a) bubônica (formação de bubões, inchaços de cor escura, principalmente nas axilas e nas virilhas, donde a denominação Peste Negra); b) septicêmica (penetração do bacilo pela corrente sanguínea); c) pulmonar (manifesta-se como uma espécie de pneumonia). A transmissão é feita através da conjugação de um roedor qualquer (principalmente o rato) e de um vetor (pulga). Os primeiros registros dessa doença datam do século XIV a.C e são de origem asiática.

<sup>17</sup> Epidemia generalizada.

<sup>18</sup> Termo empregado pelo Cristianismo para se referir a tudo aquilo que não é cristão.

<sup>19</sup> Heresia é toda e qualquer doutrina que, no contexto cristão católico, contraria a doutrina oficial da Igreja Católica.

acessível e controlado por pessoas que não necessariamente faziam parte da hierarquia eclesiástica. Em decorrência de tal fenômeno, a própria educação medieval começa a adquirir um novo perfil, uma vez que: “Todo o universo da educação sofre uma transformação no sentido burguês: especializa-se, articula-se, socializa-se e, gradativamente, também se laiciza, se separa do predomínio eclesiástico, pondo em ação os primeiros germes da Idade Moderna.”<sup>20</sup> Desse modo, em decorrência do processo de degeneração do mundo medieval feudal, as reestruturações econômicas, políticas, sociais, culturais e intelectuais rumo ao mundo moderno capitalista desencadearão reestruturações educacionais e pedagógicas para se atender às novas necessidades de formação e de consolidação do novo modo de produção que surgia, isto é, modo de produção capitalista. Por toda a Europa foram organizando-se, pois, várias universidades e corporações de ofício, que se tornaram os grandes centros de formação profissional, responsáveis por uma educação que se ia tornando, paulatina, porém, progressivamente, cada vez mais racionalizada, especializada e técnica. A Escolástica terá papel decisivo em todo esse processo, já que

Assim, a Escolástica prepara uma releitura da educação que envolverá de modo radical e inovador tanto os processos de formação quanto os de aprendizagem. A estes últimos, as universidades deram uma contribuição fundamental com a sua organização de estudos e com os mestres que elaboraram aquelas técnicas de trabalho intelectual, mas os modelos de formação que devem guiar o trabalho educativo foram enfrentados pelos grandes intelectuais da Escolástica, com metodologias derivadas da grande disputa sobre razão e fé que atravessa o florescimento – 1200/1300 – da filosofia escolástica. São as duas ordens mendicantes que delinearão os diversos modelos de teorização: o primeiro – típico dos dominicanos –, ligado à valorização da razão, em si e como instrumento para penetrar e desenvolver o significado da fé; o segundo, - ligado aos franciscanos -, destinado a sublinhar a superioridade da fé em relação à razão, a sua “superabundância” também cognoscitiva e, portanto, o privilégio da via mística para conhecer a realidade e para formar o homem. E a grande disputa intelectual ocorrerá num século atravessado por movimentos milenaristas e pauperistas, por fortes tensões heréticas (os albigenses), que manifestam a inquietação dessa sociedade baixo-medieval e o seu caminho para uma emancipação do controle eclesiástico e da organização feudal. Neste riquíssimo contexto, delineiam-se também os novos modelos pedagógicos

---

<sup>20</sup> CAMBI, Franco. **História da Pedagogia**. São Paulo: Editora UNESP, 1999. (Encycolopaidéia) p. 152.

ainda radicalmente caracterizados pelo cristianismo, mas doravante voltados tanto para uma laicização da vida intelectual como para uma renovação (no sentido laico e ativo) da visão do homem e da vida social.<sup>21</sup>

Ainda seria de bom alvitre mencionar que é na Baixa Idade Média que também começam a surgir, no interior da própria Igreja Católica, movimentos de renovação espiritual e moral que desempenharão papel importante na educação. Dentre tais movimentos, destacam-se as ordens religiosas mendicantes fundadas por São Domingos de Gusmão (1170-1221) e por São Francisco de Assis (1182-1226), denominadas, respectivamente, Ordem dos Frades Pregadores (Dominicanos) e Ordem dos Frades Menores (Franciscanos). Tais ordens, inicialmente voltadas para uma vida urbana, devotada à pobreza e à pregação evangélica, posteriormente passarão a ocupar cátedras nas universidades, dedicando-se a estudos de caráter teológico, filosófico e científico.

Após se ter discorrido sobre a contextualização histórica à qual pertence Santo Tomás de Aquino, acredita-se que isso fará com que se possa ter uma compreensão maior tanto do conjunto da sua obra quanto do seu pensamento específico acerca da problemática educacional, uma vez que o Aquinate é um pensador que dialoga com as questões pertinentes ao seu contexto e que, portanto, procura dar respostas satisfatórias às mesmas, respostas essas cujo significado só se revelará de forma mais ampla através da consciência histórica de sua época.

### **3. Biografia e produção intelectual de Santo Tomás de Aquino**

Em se tratando de discorrer, especificamente, sobre a biografia e a produção intelectual de Santo Tomás de Aquino, há que se verificar que tanto a sua vida quanto a sua obra estão intimamente ligadas à sua devoção pessoal em favor do ensino e, sobretudo, em favor da Igreja. O seu entusiasmo por uma vida consagrada ao magistério eclesiástico era tamanha a ponto de não medir esforços para que a doutrina cristã oficial não se perdesse em meio a tantas heresias que pululavam na Europa do Baixo Medievo. Assim, o Cristianismo passava, tanto na vida quanto na obra do Aquinate, a contar com um dos seus principais defensores intelectuais, cujo pensamento era capaz de fazer frente à argúcia das doutrinas heréticas que tanto ameaçavam a hegemonia da Igreja Romana e que até os dias atuais é uma referência indispensável a quem deseja conhecer

---

<sup>21</sup> Ibid., p. 186-187.

uma das maiores sínteses do pensamento cristão. Por reconhecer-lhe os méritos em favor da defesa da Igreja Católica, esta o tem no rol de seus Doutores (os Doutores da Igreja), imputando-lhe os títulos de *Doutor Angélico* (***Doctor Angelicus***) e de *Doutor Comum* (***Doctor Communis***). A razão desses títulos é que ninguém discorreu sobre os anjos tão bem como ele, assim como a sua produção intelectual é tão ampla a ponto de tornar-se referência comum aos acadêmicos, segundo o parecer oficial eclesiástico. Assim, a existência dessa mente tão insigne merece especial atenção, razão pela qual é proveitoso conhecer, em linhas sumárias, a sua vida e a sua obra.

Santo Tomás nasceu no castelo de Roccasecca, pertencente a uma família nobre da cidade italiana de Aquino, até então pertencente ao Reino de Nápoles. Seus pais chamavam-se Landolfo e Teodora. Não se sabe ao certo se o seu ano de nascimento foi 1224 ou 1225.

Em 1231, o jovem Tomás fora enviado à Abadia<sup>22</sup> de Monte Cassino, situada entre Roma e Nápoles. Além de ser abadia da ordem beneditina<sup>23</sup>, Monte Cassino era um castelo situado em um território que dividia os domínios fronteiriços pertencentes, respectivamente, aos Estados Pontifícios e Imperiais. Assim, Monte Cassino era um posto geopolítico extremamente importante na região, uma vez que mediava os poderes eclesiásticos e imperiais, cujos choques iam acirrando-se cada vez mais.

Em 1239, ingressa na Universidade de Nápoles, fundada pelo Imperador Frederico II para competir com a Universidade de Bolonha, fundada pela Igreja Católica. Lá, ao estudar as Artes Liberais<sup>24</sup>, toma os seus primeiros contatos com a Lógica e com a Filosofia Natural (Física) de Aristóteles<sup>25</sup>, que passava por um processo de redescoberta na Europa Ocidental Cristã pelo fato de começarem a aparecer diversos textos, trazidos pelos judeus e, sobretudo, pelos árabes, cuja autoria lhe era atribuída. A invasão dos textos aristotélicos até então desconhecidos foi algo que causou um grande impacto intelectual, provocando a reação da Igreja Romana. Assim,

---

<sup>22</sup> Mosteiro em que reside um abade (superior monástico).

<sup>23</sup> Ordem religiosa fundada por São Bento (morto em 547), razão pela qual recebe o referido nome (de *Benedictus*, em latim).

<sup>24</sup> Nome dado ao currículo básico de estudos universitários; compunha-se de duas partes, a saber: *trivium* (três caminhos, em latim), composto pelas seguintes disciplinas: Gramática, Lógica e Retórica; *quadrivium* (quatro caminhos, em latim), composto pelas seguintes disciplinas: Aritmética, Astronomia, Geometria e Música.

<sup>25</sup> Filósofo grego que viveu de 384 a 322 a.C. Dentre os filósofos da Antiguidade Clássica, ele é o que possui uma das obras mais eruditas e influentes na formação do pensamento ocidental. Note-se, também, que é o pensador que mais influenciou a elaboração do pensamento tomista.

Quando a obra de Aristóteles chega ao Ocidente, trazida pelos árabes, a Igreja não esconde seu desagrado. Ao universo letrado e cristão da Idade Média apresenta-se uma concepção divergente e sólida da teologia elaborada até então. Evidentemente, a Igreja apressa-se a condenar trechos dos textos aristotélicos. No âmbito universitário, entretanto, a acolhida é boa.<sup>26</sup>

Santo Tomás permaneceu na Universidade de Nápoles até 1244, ano em que conheceu a recém-fundada ordem dominicana, dela passando a ser membro a partir desse mesmo ano, o que causou forte oposição por parte de sua família, pois esta não tinha a intenção de permitir que um de seus membros ingressasse numa ordem de pobreza. É por esta razão que seus irmãos armaram-lhe uma emboscada a caminho de Paris (França), capturando-o e encerrando-o vários meses na prisão.

Depois de ser-lhe restituída a liberdade, retoma o seu caminho para Paris, lá permanecendo de 1245 a 1248, período em que faz o seu noviciado na ordem dominicana e continua os seus estudos na Universidade de Paris.

No período de 1248 a 1252, o Aquinate trava os seus primeiros contatos com o seu amigo e mestre Santo Alberto Magno (1206/7 a 1280), acompanhando-o em sua viagem para Colônia (Alemanha). A figura do *Doutor Universal (Doctor Universalis)* – título lhe outorgado pela Igreja – ocupa também um importante lugar de destaque nos âmbitos da filosofia, da teologia e da ciência escolásticas, uma vez que o seu pensamento pode ser considerado a matriz da qual não somente o Doutor Angélico mas também outros autores escolásticos fizeram brotar os seus pensamentos filosóficos, teológicos e científicos.

Após 1252, já ordenado sacerdote, Santo Tomás torna-se professor em Paris. Inicialmente, como é comum a quase toda e qualquer carreira universitária, começa com cargos subalternos (como o cargo de bacharel sentenciário, que ocupa de 1252 a 1256), elevando-se a cargos superiores (como o cargo de mestre regente de teologia, de 1256 a 1259). Nesse período, inicia a sua atividade literária escrevendo o *Commentarium de sentiis Petri Lombardi (Comentário sobre as sentenças de Pedro Lombardo)*<sup>27</sup>, obra de cunho mais restrito ao ambiente filosófico e teológico da universidade escolástica. Em seguida, começa a redigir a sua *Summa contra gentiles (Suma contra os gentios)*, uma exposição da doutrina cristã a ser utilizada pelos missionários cristãos, contendo

---

<sup>26</sup> ABRÃO, Bernadette Siqueira (Org.). **A história da filosofia**. São Paulo: Nova Cultural, 2004. p. 114.

<sup>27</sup> Não se ofenda o leitor com o fato de serem utilizados os títulos de obras originalmente escritas em latim, assim como o uso de outras expressões latinas ao longo do texto, uma vez que o propósito deste trabalho é também resgatar a importância do papel exercido pela língua latina no processo da formação intelectual ocidental, pois o latim foi e ainda é uma língua cujo domínio não pode ser olvidado ao acadêmico que almeja ao conhecimento erudito. *Valetur Latinitas* (valorize-se o latim).

uma síntese das vias de acesso à verdade tanto por meio da razão quanto por meio da fé. São também desse período as suas *Quaestiones (Questões)*, que se subdividem em: *Quaestiones quodliberales (Questões relativas à liberdade)* e *Quaestiones disputatae (Questões disputadas)*. Estas últimas constituem trabalhos em que se pode perceber de modo mais pormenorizado o pensamento tomista. As *Questões disputadas* são, por sua vez, intituladas: *De veritate (Sobre a verdade)*<sup>28</sup>; *De potentia (Sobre a potencialidade)*; *De spiritualibus creaturis (Sobre as criaturas espirituais)*; *De anima (Sobre a alma)*; *De unione Verbi incarnati (Sobre a união do Verbo encarnado)*; *De malo (Sobre o mal)*; *De virtutibus in communi (Sobre as virtudes em comum)*; *De virtutibus cardinalibus (Sobre as virtudes cardeais)*; *De correctione fraterna (Sobre a correção fraterna)*; *De spe (Sobre a esperança)*; *De beatitudine (Sobre a beatitude)*. Também são desse período alguns opúsculos, de caráter de estudos sobre Filosofia Primeira (metafísica<sup>29</sup>) e Filosofia Segunda<sup>30</sup> (Física) a saber: *De occultis operationibus naturae (Sobre as operações ocultas da natureza)*; *De principiis naturae (Sobre os princípios da natureza)*; *De mixtione elementorum (Sobre a mistura dos elementos)*; *De motu cordis (Sobre o movimento do coração)*; *De ente et essentia (Sobre o ente e a essência)*;

Em 1260, é enviado a Nápoles para organizar os estudos da ordem dominicana. Continuando a compor a *Suma contra os gentios*, que só terminaria em 1264, permanece por três anos (de 1261 a 1264) na corte do Papa Urbano IV em Orvieto, sendo enviado no ano seguinte a Roma (1265) para dirigir a Escola de Santa Sabina. Nesse período, começa a escrever os seus *Commentaria de operis Aristotelis (Comentários sobre as obras de Aristóteles)* e a sua obra magna, a *Summa theologica (Suma teológica)*, que, infelizmente, não pôde terminar. Em 1267, ascendendo ao trono pontifical o Papa Clemente IV, este o chama à sua corte em Viterbo, onde permanece até 1268. São também desse período seus escritos de filosofia social: *De emptione et venditione (Sobre a compra e a venda)*, de 1262; *De regimine Iudaeorum ad ducissam Brabantiae (Sobre o governo dos judeus à duquesa de Bragança)*, também do mesmo

---

<sup>28</sup> A obra na qual Santo Tomás se debruça sobre a problemática educacional (*De magistro – Sobre o mestre ou Sobre o ensino*), é uma das 11 (onze) *Quaestiones disputatae de veritate (Questões disputadas sobre a verdade)*.

<sup>29</sup> *Philosophia Prima* (Filosofia Primeira), Metafísica (o que está além da Física) ou, mais recentemente, Ontologia (estudo do ser enquanto ser), é a parte da Filosofia que se ocupa das questões levantadas acerca da problemática do *Ser*, problema capital de toda a atividade filosófica; por tal razão, também se denomina a Metafísica *Philosophia Perennis (Filosofia Perene)*, isto é, a filosofia por excelência.

<sup>30</sup> Filosofia Segunda, Filosofia Natural ou Física, nos contextos antigo e medieval, são termos intercambiáveis, uma vez que se tratava da parte da Filosofia que se ocupava das questões acerca da problemática do mundo natural (natureza, de *natura*, em latim, que traduz o termo grego φυσική = physis, donde provém a palavra física (φυσικη = estudo da natureza).

ano; e *De regimine principum ad regem Cypri* (*Sobre o governo dos príncipes ao rei de Chipre*).

Em 1269, retorna a Paris, em cuja universidade exercerá a regência, pela segunda vez, de sua cátedra, permanecendo nesse cargo até 1272. Continuam os seus escritos: *De aeternitate mundi contra murmurantes* (*Sobre a eternidade do mundo contra os murmurantes*); *De unitate intellectus contra Averroistas* (*Sobre a unidade do intelecto contra os averroístas*<sup>31</sup>); *De substantiis separatis* (*Sobre as substâncias separadas*); *De quattuor oppositis* (*Sobre os quatros opostos*); *De propositionibus modalibus* (*Sobre as proposições modais*); *De demonstratione* (*Sobre a demonstração*); *De fallaciis* (*Sobre as falácias*); *De natura accidentis* (*Sobre a natureza do acidente*); *De natura generis* (*Sobre a natureza do gênero*); *De natura verbi intellectus* (*Sobre a natureza da palavra do intelecto*); *De differentiis verbi divini et humani* (*Sobre as diferenças da palavra divina e humana*); *De natura materiae* (*Sobre a natureza da matéria*); *De instantibus* (*Sobre os instantes*); *De principio individuationis* (*Sobre o princípio da individuação*).

Em 1272, retorna a Nápoles, exercendo a cátedra de regente de teologia até o ano seguinte. A caminho do Concílio de Lyon, em 1274, vem a falecer. O pensamento escolástico encontrava-se, pois, órfão de um de seus principais sintetizadores. Todavia, a Igreja Católica ganhava, com a sua morte, mais um de seus santos, uma vez que, em 1323, é canonizado pelo Papa João XXII.

O legado filosófico e teológico de Santo Tomás de Aquino é de uma riqueza **sui generis**. A sua grande habilidade intelectual propiciou-lhe a autoria de uma erudita produção acadêmica que reunia, em seu bojo, as tradições filosóficas greco-latinas com as tradições teológicas judaico-cristãs. Além disso, o método do qual se servia para expor não só o seu raciocínio, mas também o raciocínio tanto daqueles que divergiam do seu pensamento quanto daqueles que com ele concordavam, revela a vocação extremamente aberta do pensamento tomista, que não se intimidava diante dos argumentos contrários e procurava, assim, verificar-lhes a consistência. Desse modo, percebe-se que o Doutor Comum encarnava muito bem em sua obra o espírito da

---

<sup>31</sup> Partidários do pensamento filosófico desenvolvido por Ibn Roschd (conhecido também por Averróis, 1126-1198), filósofo e médico árabe. Em síntese, o averroísmo sustenta que a verdade é dupla, ou seja, ora é da alçada da razão, ora é da alçada da fé. Averróis teve um papel muito importante na redescoberta do pensamento aristotélico durante a Baixa Idade Média, pois é seu mérito a elaboração de comentários feitos sobre as obras de Aristóteles, razão pela qual é denominado o Comentador (de Aristóteles). É assim que Santo Tomás se refere a ele em sua obra.

universidade medieval, que procurava, através do exercício da *quaestio disputata*<sup>32</sup>, dar vez, voz e razão aos divergentes argumentos que se digladiavam no ataque ou na defesa das mais diversas teses para que, por fim, os conflitos provocados pelos referidos argumentos pudessem ser definitivamente cessados mediante a análise de sua validade, o que levaria ao descobrimento de sua veracidade ou de sua falsidade e que, conseqüentemente, significaria a sua aceitação ou a sua refutação.

Em se tratando de discorrer sobre os principais temas presentes no legado filosófico e teológico de Santo Tomás de Aquino, tem-se que os mesmos, direta ou indiretamente, acabam convergindo para a arquiproblemática de toda a filosofia escolástica, a saber: a questão da fé e da razão. Assim, é do seu pensamento em torno de tal questão que deriva todo o resto de sua filosofia e de sua teologia, razão pela qual cumpre verificá-lo.

Embora outros autores anteriores ao Aquinate já tenham tratado da supracitada questão, nota-se que tal fora feito no sentido de delimitar as esferas tanto da fé quanto da razão, mostrando-se a independência entre elas. Contudo, a partir da filosofia tomista, observa-se que existe uma relação de interdependência entre fé e razão, uma vez que ambas precisam uma da outra para se compreenderem; tal interdependência repousa sobre o fato de que existe harmonia entre fé e razão, já que

O Aquinate deduz essa harmonia de um princípio assaz simples: a razão, como natureza criada por Deus, e a fé, como revelação do mesmo Deus, não podem contradizer-se, visto procederem da mesma fonte de verdade. Mais exato seria dizer que uma e outra contradizem ao erro. Pois o que pertence à própria natureza da razão é forçosamente verdadeiro, a ponto de o seu contrário ser simplesmente impensável – haja vista o caso dos primeiros princípios. O mesmo vale de tudo quanto nos é assegurado pela revelação divina.<sup>33</sup>

Apesar dessa harmonia entre a fé e a razão concebida pelo Doutor Angélico, existe, por outro lado, uma relação de subordinação da razão à fé, uma vez que esta é a

---

<sup>32</sup> Questão disputada: atividade extremamente explorada pela universidade medieval, que consistia em: primeiro, estabelecer uma tese (afirmação ou negação de algo); segundo, reunir os argumentos que a endossam e que a refutam; terceiro, apresentar uma solução para os impasses provocados pela divergência dos argumentos, o que, necessariamente, desembocava ou na aceitação da referida tese, juntamente com os seus argumentos, ou na rejeição da mesma, com os respectivos argumentos.

<sup>33</sup> BOEHNER, Philotheus; ETIENNE, Gilson. **História da Filosofia Cristã**: das origens a Nicolau de Cusa. Petrópolis: Vozes, 1988. p. 451.

luz sobrenatural da revelação divina, que traz ao ser humano a verdade vinda diretamente do próprio Deus, o que a torna a fonte da verdade superior, ao passo que aquela é a luz natural da inteligência humana, que possibilita ao ser humano a busca da verdade pelos seus próprios recursos, o que a torna a fonte da verdade inferior.

Uma vez que é a razão o objeto de estudo da filosofia (cujo propósito é descobrir verdades racionais) e a fé o objeto de estudo da teologia (cujo intuito é esclarecer verdades reveladas), segue-se que a filosofia está, pois, subordinada à teologia. No entanto, existe também uma relação de interdependência entre elas, pois a filosofia pode prestar serviços à teologia assim como esta pode prestar serviços àquela, ainda que os métodos de uma e de outra sejam diferentes, pelo fato de que

Embora haja problemas que interessam tanto ao filósofo e ao teólogo, cada qual os trata de maneira de maneira distinta. *O filósofo tira seus argumentos das essências das coisas, ou seja, de suas causas próprias. O teólogo, ao contrário, parte sempre da Primeira causa ou de Deus, [grifo do autor] servindo-se, principalmente, de três classes de argumentos: ora afirma uma verdade, baseando-se na autoridade da revelação divina; ora apela à glória infinita de Deus, cuja perfeição se trata de salvar; ora reporta-se ao poder infinito de Deus, que transcende os limites da ordem natural.*<sup>34</sup>

Para que se possa compreender de modo mais claro e preciso todo o conjunto da argumentação empreendida por Santo Tomás no sentido de demonstrar a harmonia existente entre fé e razão, entre filosofia e teologia e entre verdade racional e verdade revelada, é necessário colocar-se na perspectiva segundo a qual se notam alguns pressupostos dos quais o Aquinate parte para construir tal tipo de pensamento. São eles: a) o pressuposto de que existe contato entre Deus e o homem, no qual Aquele se revela a este através da fé, comunicando-lhe a verdade; b) o pressuposto de que o homem, na qualidade de criatura feita à imagem de seu Criador (Deus), é um ser racional, o que significa estar em condições tanto de buscar quanto de compreender a verdade; c) o pressuposto de que a verdade, tanto sob o prisma da fé quanto sob o prisma da razão, é algo único; porém, acessado por caminhos diferentes; d) o pressuposto de que a verdade é o resultado do ajuste da mente consigo mesma ou da mente com algo que lhe é

---

<sup>34</sup> Ibid., p. 450.

externo, ou seja, “*a veridade é a ‘adaequatio rei et intellectus’*” [adequação da coisa e do intelecto]<sup>35</sup>.

Tais pressupostos também ajudam a compreender outras questões tratadas no conjunto da obra tomista, como, por exemplo: Deus, o conhecimento, o ser humano e a educação.

Como pensador cristão, Santo Tomás serve-se da filosofia para que possa deduzir, racionalmente, a existência de Deus, que ele não questiona; ao contrário, mostra como se pode inferir a Sua existência através das *quinque viae* (cinco vias), isto é, dos cinco caminhos que a razão pode percorrer para concluir, daí, a existência de Deus. Ei-las:

1<sup>a</sup>.) O argumento do primeiro motor: se tudo aquilo que existe é movido por algo, necessariamente haverá um primeiro motor, que tudo faz mover sem ser por nada movido, pois seria impossível remeter-se infinitamente a uma causa motriz; esse primeiro motor só pode ser, portanto, Deus.

2<sup>a</sup>.) O argumento da primeira causa eficiente: se tudo aquilo que existe tem a sua causa eficiente, isto é, aquilo que lhe proporcionou existência imediata, necessariamente haverá uma causa eficiente que, em última instância, seja responsável por tudo aquilo que existe; essa primeira causa eficiente só pode ser, portanto, Deus.

3<sup>a</sup>.) O argumento do existente necessário: se tudo aquilo que existe poderia ou não existir, uma vez existindo significa que, então, necessariamente existe algo, pois, se não existisse esse Ser Necessário, nada mais existiria; esse Ser Necessário, portanto, só pode ser, portanto, Deus.

4<sup>a</sup>.) O argumento pelos graus de ser: se tudo aquilo que existe tem diferentes graus de ser, ou seja, alguns seres são mais perenes, outros mais efêmeros, uns mais perfeitos e outros mais imperfeitos, verifica-se que há uma escala ou uma hierarquia entre esses mesmos seres; assim, deve existir um ser que esteja no topo de tal hierarquia, com o máximo de ser, de perfeição e de perenidade; esse ser, portanto, só pode ser Deus.

5<sup>a</sup>.) O argumento do governador supremo das coisas: se a totalidade dos seres obedece a um governo, ou seja, a uma ordem, é preciso, pois, que haja um ser responsável por ele; esse ser, portanto, só pode ser Deus.

Ao discorrer sobre o conhecimento, o Doutor Angélico argumenta que, a rigor, existem dois tipos de conhecimento, a saber: o conhecimento sensitivo e o

---

<sup>35</sup> Ibid., p. 475.

conhecimento intelectual. O primeiro é aquele que se tem através dos cinco sentidos (visão, audição, olfato, gustação e tato), voltado para os objetos sensíveis (coisas) – produto das sensações; o segundo, por sua vez, é aquele que se tem através do intelecto (mente, razão, inteligência), voltado para os objetos inteligíveis (idéias) – produto das abstrações. O ponto de partida para o início do processo de conhecimento é sempre o conhecimento sensível.

Em relação ao ser humano, Santo Tomás concebe-o sob a tradicional perspectiva dualista alma-corpo. Embora sejam essas as duas dimensões fundamentais do ser humano, ele não concede que o homem seja apenas a sua alma, tampouco apenas o seu corpo, uma vez que, para que se tenha o homem, é preciso que se tenha, necessariamente, a unidade substancial entre alma e corpo; desse modo, a partir de duas substâncias (alma e corpo) formando o homem, ambas se fundem em apenas uma, o que significa que, no ser humano, não pode haver alma sem corpo nem corpo sem alma, pois uma alma sem um corpo seria um anjo ou mesmo Deus, ao passo que um corpo sem alma seria um cadáver. Como ser composto de alma e de corpo, o ser humano é o elo que une o sensível ao inteligível, o concreto ao abstrato, o espiritual ao material, o efêmero ao eterno. Assim, a antropologia tomista procura apresentar o ser humano em sua totalidade.

Em se tratando de discorrer sobre a educação, percebe-se que Santo Tomás não elaborou uma obra que se detivesse de forma mais demorada sobre a problemática educacional, tal como nos dias atuais se requer para se ser considerado um teórico ou mesmo um filósofo da educação. Entretanto, isso não significa que ele não desse nenhuma importância a tal assunto. A discussão empreendida em sua obra intitulada *Sobre o ensino* (que, conforme já se mencionou anteriormente, é parte de uma outra obra sua – *Questões disputadas sobre a verdade*) gira em torno apenas das seguintes questões:

- a) Quem pode ensinar e ser chamado mestre? Ambos, Deus e o homem, ou apenas Deus?
- b) Alguém pode ser mestre de si mesmo?
- c) O homem pode ser ensinado por um anjo?
- d) Ensinar é um ato da vida ativa ou da vida contemplativa?

Ao traçar o seu quadro de abordagem através das questões levantadas acima, o Aquinate, embora se restringindo apenas a uma das várias dimensões da problemática educacional, revela, em contrapartida, a sua concepção de educação forjada a partir de elementos oriundos do seu pensamento como um todo, sobretudo as suas concepções acerca de Deus e do ser humano. Desse modo, pode-se perceber que, para se compreender o que Santo Tomás pensa acerca da educação, é necessário ter em mente a sua teologia, a sua filosofia e a sua antropologia, uma vez que a teoria e a prática que constituem a educação em geral nada mais são do que um conjunto de teorias e de práticas decorrentes de fundamentações de diversas matrizes, ou seja, a educação é um conjunto que “abraça elementos científicos – biológicos, psicológicos, sociológicos [...] – e elementos não-científicos – concepções filosóficas do mundo e do homem, morais, estéticas, políticas, teológicas”<sup>36</sup>, além de abraçar, sobretudo, elementos de ordem prática, que conjugam elementos científicos e não-científicos, tais como: objetivos, finalidades, metodologias e recursos didáticos. Assim, justifica-se a apresentação, em primeiro momento, do pensamento geral legado pelo Doutor Comum, já que isso possibilita abarcar com melhor compreensão a especificidade de seu ideário educacional registrado em suas considerações acerca do ensino.

Ao considerar a quem compete com a devida propriedade o título de mestre precisamente no primeiro artigo do *Sobre o ensino*, Santo Tomás argumenta (depois de passar em revista os posicionamentos tanto daqueles que só atribuíam a Deus o título de mestre como daqueles que alegavam ter o ser humano igualmente a capacidade de ensinar) que tanto Deus como o homem podem ser considerados mestres; todavia, ressalta que não o podem do mesmo modo, uma vez que o ensino divino é feito no interior da mente humana e é o principal para ela, pois o conhecimento da verdade, que é a luz da mente, dá-se à mesma por iluminação direta vinda de Deus, tanto pela via natural (razão) quanto pela via sobrenatural (revelação), ao passo que o ensino humano é exterior à mente e secundário para ela, já que pressupõe, em seu exercício, ora a razão (luz natural), ora a revelação (luz sobrenatural), ora ambas, na mente do educando; isso significa que o ensino humano é coadjutor do ensino divino, razão pela qual Deus é o mestre por excelência e o ser humano pode ser o mestre auxiliar. Explanando-se ainda mais, nada melhor do que citar, pela tradução de Luiz Jean Lauand, as próprias palavras

---

<sup>36</sup> FULLAT, Otávio. **Filosofias da educação**. Petrópolis: Vozes, 1995. p. 70.

do mestre Aquinate, para concluir estas suas considerações acerca de quem é o autor do ensino:

Ora, o conhecimento preexiste no educando como potência não puramente passiva, mas ativa, senão o homem não poderia adquirir conhecimentos por si mesmo. E assim como há duas formas de cura: a que ocorre só pela ação da natureza e a que ocorre pela ação da natureza ajudada pelos remédios, também há duas formas de adquirir conhecimento: de um modo, quando a razão por si mesma atinge o conhecimento que não possuía, o que se chama *descoberta*; e, de outro, quando recebe ajuda de fora, e este modo se chama *ensino*.

Mas nos casos em que se trata conjuntamente de natureza e arte, a arte deve atuar do mesmo modo e valendo-se dos mesmos meios com que atua a natureza: por exemplo, a natureza, em um doente que padece por sofrer frio, restabelece a saúde proporcionando-lhe aquecimento – é precisamente isso que deve fazer o médico: daí que a arte imite a natureza. E assim, do mesmo modo, no ensino: o professor deve conduzir o aluno ao conhecimento do que ele ignorava, seguindo o caminho trilhado por alguém que chega por si mesmo à descoberta do que não conhecia.

Ora, o processo pelo qual a razão chega ao conhecimento mediante a *descoberta* de coisas desconhecidas consiste em aplicar princípios gerais e evidentes a determinadas matérias e daí chegar a algumas conclusões particulares e, destas, por sua vez, chegar a outras etc. E é por isso que se diz que o professor ensina o aluno: porque este processo da razão – que a razão natural faz em si – é proposto de fora pelo professor por meio de sinais e, assim a razão do aluno – por meio do que lhe é proposto como certos instrumentos de ajuda – atinge o conhecimento do que ignorava. E do mesmo modo que se diz que o médico causa a saúde no doente pela atuação da natureza, também se diz que o professor causa o conhecimento no aluno com a atividade da razão natural do aluno. E é nesse sentido que se diz que um homem ensina a outro e se chama mestre.

[...]

Tenha-se em conta, porém, que essa luz da razão, pela qual conhecemos os princípios, foi posta em nós por Deus como uma certa semelhança da Verdade incriada em nós. Daí que, como todo ensino humano depende dessa luz, é claro que é só Deus quem interior e principalmente ensina, do mesmo modo que dizíamos que é a natureza que interior e principalmente cura; no

entanto, no sentido que discutimos, pode-se falar propriamente que o homem ensina e cura.<sup>37</sup>

Depois de ponderar sobre as dimensões divina e humana do ensino, Santo Tomás prossegue, no segundo artigo do *De Magistro*, apresentando a questão da possibilidade de alguém ser considerado mestre de si mesmo. Depois de coligir tanto os argumentos que endossam a possibilidade de alguém ser mestre de si mesmo quanto os argumentos daqueles que contestam tal possibilidade, o Aquinate, à luz da questão anteriormente discutida e, de acordo com a posição assumida por ele perante ela, pode-se perceber que seria difícil para ele concordar que alguém pudesse ensinar-se a si mesmo depois dele já ter estabelecido a diferença entre ensino e descoberta sem incorrer, entretanto, em contradição, uma vez que o ensino é, segundo a perspectiva tomista, uma atividade que, no âmbito mental, vem de fora para dentro, ou seja, trata-se de um processo externo à mente, no qual um agente (Deus, o homem ou ambos) nela atualiza o conhecimento que anteriormente existia nela tão-somente como mero potencial. Ora, embora a mente possa, por si mesma, executar tal processo de atualização, trata-se, porém, de um processo de descoberta, mas não de ensino, pois o mesmo requer exterioridade, o que implicaria no fato da mente ter de pôr-se fora de si mesma para que pudesse ser mestra de si mesma, o que é impossível. Desse modo,

Certamente, com a luz da razão que nele radica, alguém pode, sem ajuda de um ensino exterior, chegar ao conhecimento de muitas coisas ignoradas, como é evidente em todos aqueles conhecimentos que alguém descobre. E assim, pode-se dizer que alguém seja causa de seu saber, mas não por isso se pode chamar propriamente mestre de si mesmo nem dizer que se ensina a si mesmo. [...]

Ora, o ensino pressupõe um perfeito ato de conhecimento no professor; daí que seja necessário que o mestre ou quem ensina possua de modo explícito e perfeito o conhecimento cuja aquisição quer causar no aluno pelo ensino. Quando, porém, alguém adquire o conhecimento por um princípio intrínseco, aquilo que é causa agente do conhecimento só o é em parte, a saber, quanto às razões seminais do conhecimento, que são os princípios comuns. E não se pode, por conta de uma tal causalidade, aplicar com propriedade o nome de professor ou mestre.<sup>38</sup>

---

<sup>37</sup> AQUINO, Tomás de. **Sobre o ensino (De Magistro); Os sete pecados capitais**. São Paulo: Martins Fontes, 2001. p. 31-33.

<sup>38</sup> *Ibid.*, p. 41-42.

No terceiro artigo do *Sobre o ensino*, o Aquinate discute se é possível ao ser humano ser ensinado por um anjo<sup>39</sup> ou não. Novamente apresentando os argumentos a favor e contra tal possibilidade e vinculando-se à tradição religiosa e teológica judaico-cristã, para a qual existem seres espirituais e racionais intermediários entre Deus e os homens, que podem, assim, comunicar-se com os mesmos, o Doutor Angélico afirma que é possível ao ser humano ser ensinado pelo ser angélico pelo fato de que este, por ser superior ao homem, que pode ensinar, também o pode, mas não do mesmo modo que Deus, já que é inferior a Ele. Dessa forma, o anjo tem de ter uma maneira própria de ensinar, melhor do que a do homem e pior do que a de Deus, o que leva Santo Tomás a concluir que, o anjo, por estar em contato direto com a face de Deus, que é a luz do conhecimento, pode, destarte, comunicar essa luz divina à mente humana melhor do que qualquer ser humano poderia fazê-lo, mas não com a mesma intensidade e profundidade com a qual o próprio Deus o faz, ou seja:

Já o anjo, como possui naturalmente uma luz intelectual mais perfeita do que a do homem, pode ser [...] causa do conhecimento, se bem que de modo inferior ao de Deus, mas superior ao do homem. Quanto à luz, se bem que não possa infundir a luz intelectual como o faz Deus, pode, no entanto, fortalecer a luz infusa para que o homem veja mais perfeitamente. Pois tudo aquilo que é imperfeito em algum gênero recebe um fortalecimento quando se une a algo que é mais perfeito no gênero, como se vê também nos corpos: o corpo contido em um lugar é potenciado pelo corpo que o contém, que se relaciona com ele como ato para potência, como diz Aristóteles [...].

Também por parte dos princípios pode o anjo ensinar a um homem. Certamente, por não comunicar o conhecimento dos princípios, como o faz Deus, nem propondo, por sinais sensíveis, a dedução das conclusões dos princípios, como faz o homem, mas formando na imaginação algumas espécies que podem se formar pelo estímulo de órgão corporal, como acontece com os que dormem ou com os que padecem de doença mental, os quais, segundo a diversidade de vapores que sobem à cabeça, têm diversos fantasmas. E deste modo, “mediante o contato com um outro espírito, pode acontecer que, servindo-se de imagens desse tipo, um anjo mostre as coisas que ele conhece”, como diz Agostinho [...].<sup>40</sup>

---

<sup>39</sup> A palavra anjo é de origem grega (αγγελος) e significa **mensageiro**. De acordo com a tradição religiosa e teológica judaico-cristã, são os mensageiros de Deus, seres superiores aos homens e inferiores a Ele, criados para a Sua adoração, glória, louvor e serviço junto aos homens.

<sup>40</sup> AQUINO, op. cit., p. 52-53.

Partindo para o quarto e último artigo de seu *De Magistro*, Santo Tomás começa a argumentar se o ato de ensinar pertence à vida ativa ou à vida contemplativa. Como nos artigos anteriores, o procedimento adotado não se diferencia, pois são reunidos os argumentos tanto daqueles que defendem o ensino como dimensão exclusiva da vida contemplativa como daqueles que defendem o ensino como dimensão exclusiva da vida ativa. Ao posicionar-se perante tal questão, o Doutor Comum propõe, anteriormente, um esclarecimento sobre os caracteres próprios tanto da vida ativa quanto da vida contemplativa, ou seja, Santo Tomás propõe a compreensão do significado de tais expressões, apresentando a vida ativa como a dimensão prática da existência humana, isto é, o conjunto de todo e qualquer tipo de ação<sup>41</sup> que o ser humano possa cometer ou omitir, sendo, por seu turno, a vida contemplativa a expressão que traduz a dimensão teórica da existência humana, ou seja, o conjunto de todo e qualquer tipo de teoria<sup>42</sup> que o ser humano possa elaborar, observar ou compreender.

Tendo-se em mente tanto o significado de vida ativa quanto o de vida contemplativa, entender-se-á melhor a argumentação tomista desenvolvida no tocante ao fato de que ambas são diferentes tanto por seu conteúdo quanto por sua finalidade, uma vez que a vida ativa tem por conteúdo o conjunto da realidade na esfera da temporalidade, ou seja, diz respeito a tudo aquilo que é efêmero na existência humana, ao passo que a vida contemplativa tem por conteúdo o conjunto da realidade na esfera da eternidade, ou seja, diz respeito a tudo aquilo que é peremptório na existência humana. Assim, a finalidade da vida ativa é a orientação da ação da existência humana no âmbito do plano terreno, material e sensível, enquanto que a finalidade da vida contemplativa é a orientação da contemplação da existência humana no âmbito do plano celeste, espiritual e inteligível. O ensino, de acordo com tal perspectiva, pertence tanto à vida ativa quanto à vida contemplativa; todavia, pertence mais à primeira do que à segunda, conforme pode ser corroborado pelo próprio Aquinate:

A vida contemplativa e a vida ativa distinguem-se pelo fim e pela matéria. Pois a matéria da vida ativa são as realidades temporais sobre as quais versam os atos humanos; a matéria da vida contemplativa são as essências inteligíveis das coisas, sobre as quais se detém o contemplativo. Essa

---

<sup>41</sup> Do latim, *actio*, que, em grego, é *πραξις* (*práxis*), donde vem a palavra prática (*πρακτική*, em grego).

<sup>42</sup> Do latim, *theoria*, que, em grego, é *θεωρία* (houve, no latim, apenas transliteração do grego). Significa **contemplação** ou **especulação**.

diversidade de matéria decorre da diversidade de fins, como, aliás, acontece nos outros campos: a matéria é determinada segundo a exigência da finalidade. E o fim da vida contemplativa – no que tange a este estudo – é a consideração da verdade, da verdade incriada, de acordo com o modo possível a quem contempla: nesta vida, imperfeitamente; na futura, perfeitamente. Daí que Gregório [...] diga que “a vida contemplativa inicia-se nesta vida para perfazer-se na pátria celeste”. Já o fim da vida ativa é a ação, pela qual nos voltamos para as necessidades do próximo.

Ora, no ato de ensinar encontramos uma dupla matéria, o que se verifica gramaticalmente pelo fato de que “ensinar” rege um duplo acusativo: ensina-se – uma matéria – a própria realidade de que trata o ensino e ensina-se – segunda matéria – alguém, a quem o conhecimento é transmitido. Em função da primeira matéria, o ato de ensinar é próprio da vida contemplativa; em função da segunda, da ativa. Porém, quanto ao fim, o ensinar é exclusivamente da vida ativa, pois sua última matéria, na qual se atinge o fim proposto, é matéria da vida ativa. Daí que pertença mais à vida ativa do que à contemplativa, se bem que de algum modo pertença também à vida contemplativa, como dissemos.<sup>43</sup>

#### **4. Considerações finais**

Apesar de Santo Tomás de Aquino ser um teólogo e um filósofo de grande peso no âmbito da história geral do pensamento cristão ocidental, uma vez que o seu pensamento em particular constitui uma das grandes análises e sínteses do pensamento cristão em geral, as suas considerações educacionais e pedagógicas ainda são, no entanto, muito pouco estudadas e difundidas, razão pela qual este texto propôs-se a fazê-lo.

A proposta deste texto englobou uma abordagem que contemplasse a contextualização histórica, a biografia e a produção intelectual do Doutor Comum, abrangendo não só o ideário teológico e filosófico tomista mas, sobretudo, o seu ideário educacional e pedagógico decorrente do primeiro, pois, conforme pode atestar o testemunho da história geral do pensamento ocidental, o Doutor Angélico não se dedicou, única e exclusivamente, a tratar de questões educacionais e pedagógicas em particular, uma vez que o seu pensamento procura estar mais voltado para questões filosóficas e teológicas em geral.

---

<sup>43</sup> AQUINO, op. cit., p. 60-61.

De acordo com o que atesta o seu *De Magistro*, verifica-se que há uma preocupação de ordem educacional e pedagógica no âmbito geral do sistema filosófico e teológico tomista, embora tal preocupação não seja tratada de forma tão abrangente e profunda a ponto de ser considerada um sistema filosófico ou mesmo teológico da educação e da pedagogia, já que não discorre sobre questões atualmente imprescindíveis para que uma abordagem seja considerada uma sistemática de educação ou de pedagogia, tais como questões relacionadas aos conceitos de educação e de pedagogia, bem como questões relacionadas aos objetivos e às finalidades da educação.

Assim, pelo fato de não discorrer, nem de forma sistemática, tampouco de forma subsistemática, acerca de seu ideário educacional e pedagógico, não se pode considerar Santo Tomás de Aquino, de acordo com o que requer o atual significado da expressão, a patente de filósofo (tampouco de teólogo) da educação, já que a educação e a pedagogia em seu sistema filosófico e teológico não ocupam posições nas quais se lhes dedicam reflexões muito amplas e intensas. Porém, não se deve acreditar que se deve ignorar por completo as reflexões de cunho educacional e pedagógico que foram esboçadas no *De Magistro*, uma vez que tais reflexões possibilitam não somente compreender melhor o caráter de uma educação e de uma pedagogia de orientação cristã, mas sobretudo possibilitam desdobramentos tanto de ordem teórica quanto de ordem prática para a construção de uma educação e de uma pedagogia de inspiração tomista.

Portanto, o *De Magistro*, embora não sendo, por um lado, um manual teórico tampouco prático de filosofia e de teologia da educação e da pedagogia, é, por outro lado, um ponto de partida para que se possa fazer extrapolações teóricas e práticas e, desse modo, construir tanto uma teoria quanto uma prática educacional e pedagógica forjadas a partir de elementos filosóficos e teológicos tomistas.

## **5. Referências bibliográficas:**

ABRÃO, B. S. (org.). **A história da filosofia**. São Paulo: Nova Cultural, 2004. (Os Pensadores).

AQUINO, T. de. **Sobre o ensino (De Magistro); Os sete pecados capitais**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

BATISTA NETO, Jônatas. **História da Baixa Idade Média (1066-1453)**. São Paulo: Ática, 1989.

BOEHNER, Ph.; ETIENNE, G. **História da filosofia cristã**: das origens a Nicolau de Cusa. Petrópolis: Vozes, 1988.

CAMBI, F. **História da pedagogia**. São Paulo: Editora UNESP, 1999. (Encycolopaidéia).

FULLAT, O. **Filosofias da educação**. Petrópolis: Vozes, 1995.